

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 12 | edição nº 2 | 2023

*A América Latina e os impasses do
desenvolvimento*

Francisco Luiz Corsi

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A América Latina e os impasses do desenvolvimento¹

Francisco Luiz Corsi²

Resumo: O objetivo do presente texto é discutir as implicações geoeconômicas e, sobretudo econômicas da crise do capitalismo global para a América Latina. O esgotamento do ciclo de *commodities*, que é parte desse processo de crise estrutural do capitalismo global, explicitou os limites do extrativismo e do neoextrativismo, que configurou-se, nas últimas décadas, como uma estratégia de desenvolvimento da região, adotada tanto por governos conservadores como por governos reformistas. Este contexto coloca a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento para os países latino-americanos, que deem conta da inclusão social e da crise ambiental, ainda mais que a região, nos últimos anos, tem apresentado acentuada instabilidade política e um baixo crescimento econômico.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Ciclo de *Commodities*; Crise; Meio Ambiente; e Extrativismo.

Abstract: The objective of this text is to discuss the geoeconomic reasons and, above all, the crisis of global capitalism for Latin America. The exhaustion of the commodity cycle, which is part of this process of structural crisis of global capitalism, made explicit the limits of extractivism and neo-extractivism, which has been configured, in recent decades, as a development strategy for the region, adopted by both conservatives and reformist governor. This context raises the need for new development strategies for Latin American countries, which take account of social inclusion and the environmental crisis, even more so as the region, in recent years, has shown marked political instability and low economic growth.

Key-Words: Development; Commodity Cycle; Crisis; Environment; and Extractivism

1. Introdução

A América Latina³ apresenta, segundo dados do FMI (2022) e da CEPAL (2022 a), uma desaceleração econômica desde o fim do boom de *commodities* (2003-2013). De 2014 a 2021, o

¹ Texto baseado no trabalho apresentado no XXXIII Congresso Latinoamericano de Sociología, ocorrido em agosto de 2022, no México.

² É graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e em Economia pela Faculdade de Economia e Administração, ambas da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Economia e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutor pelo Instituto de Economia da UNICAMP, na área de História Econômica. Livre-docente em História Econômica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). É Professor de Economia Política e Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus Marília.

³ A noção de América Latina foi forjada no bojo do processo histórico de colonização, de independência e de formação dos novos países latino-americanos. Apesar da origem colonial do termo América, que surge como uma das expressões do

crescimento médio do PIB foi de 0,1%. Este desempenho contrasta com o da fase entre 2003 e 2013, quando o PIB regional cresceu em média 3,6% por ano. A tendência ao baixo crescimento é anterior à crise decorrente da pandemia de COVID 19 e às turbulências causadas pela guerra na Ucrânia, pois entre 2014 e 2019 o crescimento médio do PIB foi de 0,2%. Eventos que agravaram a situação e denotaram as vulnerabilidades do modelo de crescimento calcado sobretudo nas exportações de produtos primários e no incremento do consumo. Apesar da recuperação da economia regional em 2021, o cenário não é favorável. Depois de crescer 6,7% neste ano, o FMI (2022) prevê um crescimento de 2,0%, em 2023. Um desempenho inferior ao previsto para a economia mundial e para os países emergentes e em desenvolvimento.

No período recente, de acordo com a CEPAL (2022a), acompanhando a deterioração da economia, observa-se um declínio dos indicadores sociais. A porcentagem de pobres, em 2014, era de 27,8% da população e a da pobreza extrema de 7,8%. Em 2021, estes números foram respectivamente 32,1% e 13,8%. Neste último ano, o desemprego na região foi de 9,6%, apesar da recuperação da economia, sendo que, em 2011, a taxa era de 6,7%. A crise ambiental avançou rapidamente, embora o desempenho da economia tenha sido sofrível. Segundo relatório da ONU (2022), o desmatamento na região, em 2021, dobrou em relação à média do período 2009-2018. A taxa média de aumento da temperatura, entre 1991 e 2021, foi de 0,2 C/década, enquanto que para o período 1961-1990 foi de 0,1C/década. As geleiras dos Andes perderam 30% de seu volume desde a década de 1980, elevando sobremaneira o risco de escassez de água potável. O nível do mar tem se elevado a uma taxa superior à média mundial. As secas se tornaram cada vez mais frequentes e prolongadas, como na região central do Chile, que já dura 13 anos, e na atual seca da Bacia Paraná-La Plata, a pior desde 1944, que afetou o Brasil, a Bolívia e o Paraguai⁴.

Este desempenho indica os limites da estratégia de desenvolvimento adotada nos últimos anos por diferentes governos, inclusive os de centro-esquerda que dominaram o cenário regional na primeira década do século XXI. Essa estratégia de desenvolvimento, denominada por muitos autores de neoextrativista, vem sendo duramente criticada. Discutir o desenvolvimento, contudo, continua central em uma região marcada pela desigualdade social, pela pobreza, pelo baixo desempenho econômico e pelo agravamento da crise ambiental. Portanto, não concordamos com aqueles que defendem a tese do

poder político, econômico e ideológico do colonizador, a ideia de América Latina foi apropriada por parte de intelectuais, artistas e políticos na tentativa de criar uma identidade regional que se contrapusesse ao imperialismo europeu e, sobretudo, norte-americano. Porém, o modelo de sociedade e economia continuou sendo, de modo geral, o dos países centrais. Existe um substrato que confere uma base para falarmos em América Latina, cabendo, entre outros pontos, mencionar o papel de grande importância da região no processo de consolidação e expansão do capitalismo, como fonte de excedente, mercado e espaço de acumulação de capital; a inserção subordinada na economia mundial, como exportadora de produtos primários; a situação de miséria de parcela considerável da população e a profunda desigualdade social. Estas convergências, contudo, não anulam as peculiaridades nacionais.

⁴ Dados sobre a degradação ambiental na região podem ser encontrados em abundância em CEPAL (2022c).

decrecimento (Acosta; Brand, 2018), embora concordemos que é premente a busca de novos modelos de desenvolvimento que articulem a resolução da questão social e ambiental, mas isso implica pensar além do capitalismo. O ponto que se coloca é como enfrentar esses problemas simultaneamente.

Segundo Svampa (2019, p. 25), estaríamos diante do esgotamento do extrativismo e do neoextrativismo (implementado pelos governos progressistas), concebido “como um ‘modo particular de acumulação’”, no qual, diferentemente do extrativismo tradicional, adotado pelos governos conservadores da região, “o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, garantindo desse modo certo nível de legitimação social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos”.

Tendo essas questões como pano de fundo, o objetivo do presente artigo consiste em discutir os limites do padrão de acumulação engendrado a partir das políticas neoliberais, cujo um dos aspectos foi o aprofundamento do extrativismo, vinculado à regressão estrutural das economias mais diversificadas da América Latina, ao mesmo tempo em que observa-se extensa destruição ambiental.

Discutir os limites do extrativismo e os desafios colocados para a América Latina implica abordarmos a crise estrutural do capitalismo aberta a partir de 2008. O fim da fase expansiva (2003-2008) abriu um período tenso e instável de acirramento da luta pela hegemonia mundial, de baixo crescimento, de agravamento da crise ambiental e de aprofundamento das desigualdades sociais. O capitalismo busca, mais uma vez, se reestruturar diante de uma crise estrutural de larga envergadura, que se estende até os dias de hoje. Os rumos da América Latina devem ser discutidos no interior desses processos. O fim do boom de *commodities*, que denota os limites de um padrão de acumulação que articula as economias latino-americanas à economia global como espaço de valorização do capital financeiro e como fornecedora de produtos primários, é um dos desdobramentos dessa crise estrutural. Neste período, observa-se a reprimarização e a desindustrialização das principais economias da região. Dessa forma, a análise das economias latino-americanas parte da compreensão da posição dependente e subordinada da região na economia mundial.

2. A reorganização do Capitalismo, a China como polo de acumulação, o ciclo de *commodities* e os limites do modelo extrativista

A presente discussão tem como ponto de partida a economia mundial concebida como totalidade. A situação de dependência da América Latina assumiu ao longo do tempo diferentes formas, adaptando-se à dinâmica da economia mundial, às transformações econômicas, políticas e sociais internas aos países periféricos e as mutantes correlações de forças resultantes das lutas de classe.

De maneira muito sintética, a globalização foi uma resposta do capital à crise estrutural que abalou o sistema na década de 1970. A profundidade desta crise desencadeou uma reestruturação do capitalismo⁵. Entretanto, a reestruturação do modo de produção não logrou reverter a causa principal da crise, que era o declínio da taxa de lucro, embora a tenha recuperado até o final da década de 1990, sem, contudo, elevá-la ao patamar anterior (Roberts, 2016). Isto, entre outros desdobramentos, estimulou ainda mais o inchaço da esfera financeira, que consiste em um aspecto central e inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Foram criadas paulatinamente as condições para a formação de sucessivas bolhas especulativas. Este processo ampliou a instabilidade sistêmica, como indicam as recorrentes crises financeiras verificadas desde os anos 1980. Neste processo, o capital financeiro adquiriu um papel proeminente na determinação da dinâmica da acumulação. O neoliberalismo foi central para a reestruturação do sistema, não só pela orientação da política econômica de acordo com os interesses rentistas, mas também ao impregnar toda a sociedade, condicionando a percepção da realidade e da ação dos indivíduos (Chenais, 2016).

Um dos aspectos desse processo de reestruturação do sistema foi a reconfiguração espacial da acumulação em direção à periferia, em especial para o leste asiático, a partir da constituição de cadeias produtivas em escala mundial. Alguns países asiáticos rapidamente se industrializaram, ao mesmo tempo em que o centro do sistema passou por um processo de desindustrialização. Contudo, é importante assinalar que a maior parte da periferia continuou a inserir-se na economia mundial como exportadora de produtos primários⁶.

⁵ Em linhas gerais, a reestruturação do sistema a partir da década de 1980, levada a cabo pelos governos dos países centrais, pelas grandes corporações, pelos grandes bancos e fundos de investimento, baseou-se nos seguintes processos: 1- desmonte gradativo do Estado de Bem-Estar Social no centro do sistema; 2- abertura comercial das economias nacionais; 3- desregulamentação dos mercados financeiros; 4- exacerbação do processo de centralização de capitais, por meio de intenso processo de fusões, incorporações e aquisições de empresas em escala global, sobretudo no centro do sistema; 5- reestruturação produtiva, calcada na introdução da chamada acumulação flexível, que precarizou as condições de trabalho e fragmentou ainda mais a classe trabalhadora, mudanças que impactaram a consciência e a organização dos trabalhadores; 6- nova onda de inovações tecnológicas, que poupa força de trabalho e que é importante também para viabilizar a crescente interligação financeira, comercial e produtiva da economia mundial; e 7- reconfiguração espacial da acumulação de capital, caracterizada pela crescente internacionalização da produção, com o objetivo de abrir novos espaços de acumulação e criar um exército industrial de reserva em escala global, cabendo destacar neste processo a abertura das economias nacionais e o aprofundamento da incorporação da China e da Índia ao capitalismo global. O conjunto desses processos, que ocorreu sob a égide política e ideológica do neoliberalismo, visava em especial a recuperação da taxa de lucro, que seria recomposta pela queda dos salários, pelo aumento da produtividade, pela maior rapidez de circulação de capitais e pela expansão de novos espaços de acumulação (Corsi; Santos; Camargo, 2021, p. 186-187)

⁶ Entre 1981 e 2000, os países em desenvolvimento da Ásia cresceram 5,77% em média ao ano, enquanto os africanos 2,44% e os latino-americanos 2,25%. No período 2001-2008, o desempenho desses países foi respectivamente o seguinte: 7,26%, 5,01% e 3,52%. Nestes dois períodos, o crescimento médio do PIB dos países desenvolvidos foi de 2,73% e 1,90%. No ano de 1990, a participação dos países em desenvolvimento no valor adicionado da indústria de transformação em escala mundial foi de 17,49%, em 2000, passou para 21,83%, em 2010, 32,58% e, em 2013, para 35,49%. A participação desses países no total das exportações de produtos manufaturados saltou 6,4%, em 1960, para 40,1%, em 2010. Em 2010, 79% dos trabalhadores da indústria de todo o mundo encontravam-se nas regiões menos desenvolvidas, pois elas concentram os setores mais intensivos em força de trabalho. Esses resultados devem-se ao desempenho de alguns poucos países em desenvolvimento, mas em particular à China, que cresceu aceleradamente no período. Hoje, no entanto, não

Mais especificamente, o acirramento da concorrência e a expansão exacerbada da capacidade produtiva em escala mundial, que se deve em parte aos novos espaços de acumulação na Ásia, dificultam a acumulação nas economias centrais, que apresentam taxas de lucro mais baixas, um ritmo mais lento e menor competitividade, estimulando os capitais formados nesta região buscarem melhores condições de valorização na periferia, onde encontram força de trabalho abundante, barata e disciplinada, legislação ambiental permissiva e maior lucratividade, e na esfera financeira, que tem uma dinâmica própria, baseada, em parte, no crescimento exponencial do endividamento das famílias, das empresas e do Estado.

Outro determinante central dos problemas estruturais dos anos de 1970 foi a crise energética. Os dois choques do petróleo escancararam a crise ambiental e a insustentabilidade de um sistema econômico fundado na acumulação progressiva de capital no longo prazo, o que desencadeou ampla discussão acerca do desenvolvimento sustentável. A partir desse momento, o capital procurou articular uma resposta à crise ecológica compatível com a sua lógica de valorização permanente, procurando tornar o desenvolvimento sustentável em um novo espaço de acumulação. Ou seja, buscou sem sucesso, resolver uma contradição insanável entre a preservação do meio ambiente e a lógica da acumulação progressiva. Entretanto, isso não deteve, como era de se esperar, a acelerada degradação ambiental. As necessidades de recursos naturais não pararam de crescer, assim como a poluição só aumentou, apesar das sucessivas metas estabelecidas nas inúmeras conferências mundiais sobre essas questões desde a Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), ao ponto de estarmos, hoje, nos defrontando com desequilíbrios ecológicos que não mais poderão ser revertidos.

A crescente necessidade de matérias-primas, combustíveis fósseis e alimentos reforçaram o papel da maior parte da periferia como fornecedora desses recursos. Os países periféricos que se industrializaram o fizeram com base nos padrões produtivo, tecnológico e de consumo dos países ocidentais, o que contribuiu para aprofundar a crise. A China, que em cerca de 30 anos transformou-se na segunda economia do mundo e em uma grande potência, baseou seu desenvolvimento nesses padrões, ao invés de trilhar o caminho do ecosocialismo. Tornou-se em uma voraz consumidora de

podemos mais considerar esse país como em desenvolvimento, pois trata-se da segunda economia do mundo e do polo mais dinâmico da acumulação de capital, além de uma potência militar. Ao analisarmos estes dados é preciso levar em conta a intensa expansão industrial de alguns poucos países asiáticos e a desindustrialização de países da América Latina nas últimas décadas, em particular do Brasil. Enquanto isso os países desenvolvidos se desindustrializaram, passaram ser economias baseadas sobretudo nos serviços, que, em 2010, correspondiam a cerca de 75% do PIB desses países. (Corsi; Santos; Camargo, 2021; Nayyar, 2014; Smith, 2016).

recursos naturais e em um dos países mais poluidores do mundo, não obstante seus esforços recentes no sentido de enfrentar a crise ambiental⁷.

Neste contexto, as grandes corporações, por meio de empresas organizadas em rede, construíram cadeias globais de produção e distribuição, que se estendem por diferentes países. Estas grandes corporações mantêm o controle das fases de maior valor agregado do processo produtivo. Os países centrais controlam a produção de tecnologia de ponta, as finanças e o comércio mundiais, pontos fundamentais para assegurar a hegemonia, em um momento no qual a produção manufatureira tendeu a deslocar-se seletivamente para algumas regiões periféricas e a China desafia o predomínio ocidental (Basualdo; Arceo, 2006; Arrighi, 2008; Chesnais, 2016; Corsi; Santos; Camargo, 2021). Contudo, a expansão industrial de certos países periféricos não significa que eles passaram a ter uma inserção autônoma na economia mundial, o caso da Coreia do Sul é emblemático. A China é uma exceção, pois logrou assegurar sua autonomia nacional.

O movimento de descolamento de capitais em direção a periferia foi bastante desigual, verificou-se uma concentração no leste asiático⁸. Entre 1980 e 2003, os países desenvolvidos e vastas áreas da periferia tenderam a apresentar um baixo crescimento econômico, enquanto que os países asiáticos, que se firmaram como novos espaços de acumulação e conseguiram absorver tecnologia e capitais, viveram uma fase de expansão acelerada, mas turbulenta. Os países periféricos seguiram caminhos distintos, conforme as condições regionais e nacionais e as diferentes formas de inserção no capitalismo global. Neste período, a rápida expansão destes países e as bolhas especulativas, que por um curto espaço de tempo tem forte impacto na atividade econômica, evitaram que a economia mundial mergulhasse em uma prolongada estagnação.

Todavia, a ascensão do Leste asiático não resultou somente das possibilidades abertas pelas transformações no capitalismo global. Para entender esse processo é necessário também levar em consideração os projetos de desenvolvimento baseados nas exportações de produtos manufaturados, que vicejaram na região desde a década de 1960 e tiveram ampla base de sustentação política, contando com decisiva ação estatal na promoção do crescimento e das transformações estruturais, como nos casos da Coreia do Sul e da China (Corsi; Santos; Camargo, 2021).

⁷ Ver a respeito, entre outros, Lima; Albuquerque; Nascimento, (2021). Consideramos que a China é uma formação social na qual se articulam de forma desigual e combinada capitalismo e socialismo, sendo difícil estabelecer nesta fase de transição qual deles predomina. Poderíamos aventar a hipótese de que estamos diante do surgimento de um modo de produção que não seja nem capitalista e nem socialista. De qualquer forma, foge dos limites do presente artigo discutir a natureza da sociedade chinesa. A literatura a respeito do tema é amplíssima. Ver entre outros: Jabbour (2021) e Harvey (2008).

⁸ Na década de 1990, a periferia recebeu na forma de investimento especulativo cerca de US\$ 650 bilhões e de 1 trilhão em Investimento Direto Externo (IDE), a maior parte foi a Ásia (Carneiro, 2000, p. 245).

O grosso da periferia, no entanto, tendeu, como já mencionado, para um crescimento modesto, acompanhado pelo agravamento dos problemas econômicos, sociais e ambientais nesta fase. A América Latina, não obstante suas diferenças nacionais, apresentou baixo crescimento e viveu graves crises inflacionárias e de endividamento externo. Estas crises foram particularmente severas para aqueles países que mais tinham avançado no processo de industrialização via substituição de importações. O esgotamento do chamado desenvolvimentismo criou as condições para a articulação de um novo padrão de acumulação, para o qual foi fundamental o largo predomínio de políticas neoliberais. Isto só foi possível graças ao fortalecimento das frações de classe vinculadas às exportações e à especulação financeira e as fortes pressões dos EUA, do FMI e do capital financeiro global. As políticas econômicas inspiradas no Consenso de Washington passaram a orientar os planos de estabilização, calcados em âncoras cambiais, na abertura e desregulamentação das economias e na privatização das empresas estatais. Nesta situação, verificou-se o aprofundamento da dependência e da vulnerabilidade externa da América Latina (Basualdo; Arceo, 2006).

A instabilidade e o baixo crescimento caracterizaram a América Latina na década de 1990, apesar do controle da inflação e de alguns momentos de expansão em vários países. Ao final da década o quadro geral era desalentador. A grave crise na Argentina e no Brasil indicavam claramente o fracasso do modelo neoliberal. A situação começou a mudar com a vitória eleitoral de forças de centro-esquerda e a nova fase expansiva da economia mundial depois da crise da Nasdaq.

A economia mundial entrou em uma fase de crescimento, entre 2003 e 2008, que resultou, em parte, da política expansiva adotada pelos EUA em resposta à crise da Nasdaq (2001) e da acelerada expansão da economia chinesa. A política expansiva norte-americana estimulou a formação de uma gigantesca bolha especulativa no setor imobiliário, que acabou envolvendo o conjunto da economia mundial.⁹

A China ao tornar-se um polo dinâmico de acumulação reorganizou a divisão internacional do trabalho, buscando criar a sua própria periferia. A América Latina foi atraída pela força gravitacional do gigante asiático, que necessitava de volumes crescentes de *commodities* para sustentar sua expansão. O impacto da demanda chinesa no mercado de commodities foi enorme, embora os preços subiram também devido à crescente especulação em um contexto de abundante liquidez, em particular nos mercados futuros com derivativos, que influenciam os mercados à vista (Leite, 2017, p. 166-172)¹⁰. Em virtude desses processos observou-se um incremento acentuado dos preços das

⁹ Sobre a bolha especulativa com imóveis, centrada nos EUA, ver, entre outros, Harvey (2011).

¹⁰ A intensa especulação com *commodities* é um dos espaços importantes da valorização do capital fictício, que tem ganhos vultosos nos mercados futuros. Outros fatores também incidiram sobre a elevação dos preços das *commodities*, cabendo

commodities, que aumentaram, entre 2002 e 2011, 230%, sendo que os preços das minerais cresceram 322%, e o das energéticas 310%. Isto resultou em um incremento de 38% nos termos de intercâmbio da América Latina neste período (Corsi; Santos; Camargo, 2019).

A inserção como exportadora de produtos primários e bens manufaturados de baixo valor agregado reforçou o papel da região, sobretudo da América do Sul, como exportadora de recursos naturais não renováveis. Mesmo a exportação de produtos agropecuários, dada a enorme escala que assumiu, está levando à destruição ambiental de extensas áreas de floresta e de cerrados, além do esgotamento dos recursos hídricos. Esta forma de inserção na economia mundial reforçou velhas estruturas socioeconômicas e a dependência da região. Ao mesmo tempo a região absorveu caudaloso fluxo de capital estrangeiro na forma de aplicações financeiras e de investimento externo direto.

2.1. Auge e limites da estratégia neoextrativista

A América Latina, nos anos 1990, viveu uma situação de baixo crescimento, elevada vulnerabilidade externa, instabilidade financeira e cambial, precarização das condições de vida e trabalho, degradação ambiental e permanência das profundas desigualdades sociais. As crises do México, em 1995, do Brasil, em 1999, e da Argentina, em 2000, enfraqueceram o neoliberalismo, abrindo a possibilidade de ascensão de forças de centro-esquerda. Os governos de centro-esquerda eleitos no início do século XXI, apesar de suas peculiaridades, adotaram políticas voltadas para o desenvolvimento e para o combate a miséria e a desigualdade social. Políticas que eram importantes para conferir legitimidade a esses governos.

A elevação dos preços das *commodities* e dos termos de troca e a entrada significativa de capitais estrangeiros ao diminuírem a vulnerabilidade externa, possibilitaram a expansão do mercado interno a partir do incremento do consumo, dos investimentos e dos gastos públicos, sem, contudo, gerar graves crises cambiais como na década de 1990. Permitiu a adoção de políticas expansivas e moderadamente distributivistas, mas que não significaram, na maior parte dos casos, um rompimento drástico com o neoliberalismo. Ademais, para os países com economias menos diversificadas o incremento das exportações foi uma importante alavanca para o incremento do PIB. O crescimento acompanhado de melhoras na distribuição da renda, mesmo que tímidas, contribuiu para ampliar as bases de sustentação desses governos. Todavia, isto não seria o suficiente para evitar suas quedas quando a situação se deteriorou a partir de 2015.

destacar: o crescimento generalizado da economia mundial, o avanço da industrialização em alguns países periféricos, o crescimento das classes médias e as mudanças de hábitos dos consumidores (Leite, 2017, p. 167).

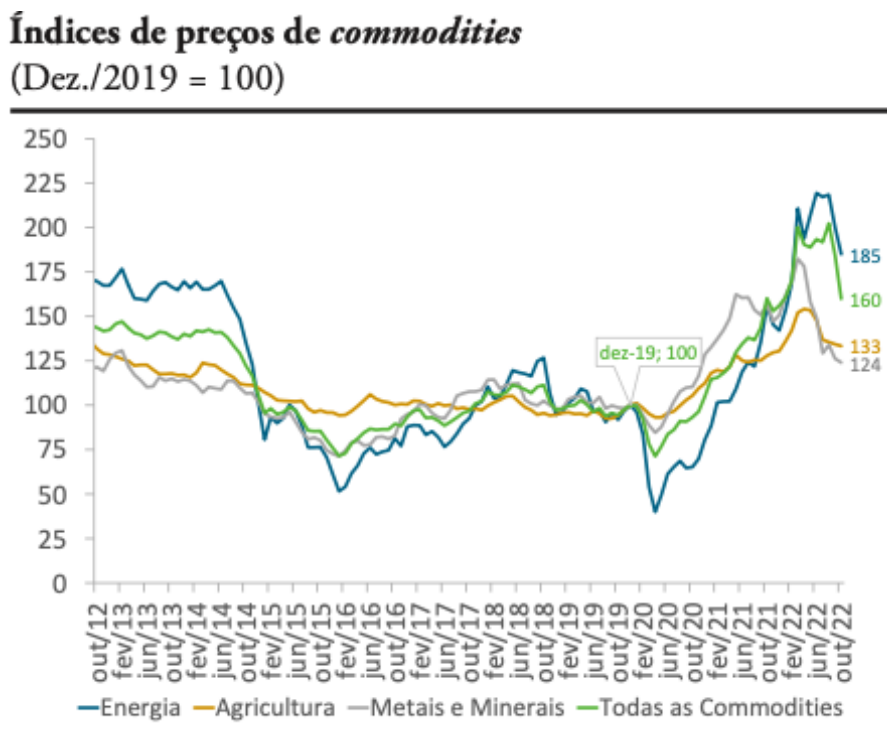
O intenso comércio com a China, de acordo com Santos (2015) e Leite (2017), foi de grande importância neste processo. O comércio da região com a China cresceu 22 vezes entre 2001 e 2013. O superávit comercial regional no que se refere às *commodities* pulou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. Entretanto, o déficit relativo aos produtos manufaturados apresentou um salto, de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões, entre esses dois anos. O período foi de forte crescimento econômico. O PIB regional, como indicam os dados apresentados acima, teve, entre 2003 e 2014, uma boa performance. Esse desempenho deveu-se sobretudo a expansão do consumo, do investimento e das exportações (Corsi; Santos; Camargo, 2019).

Para alguns países, o boom de *commodities* contribuiu para aprofundar o processo de desindustrialização, que datava dos anos 1990, quando da adoção das políticas econômicas neoliberais, e para a reprimarização das exportações¹¹. Para maioria, no entanto, o boom de *commodities* representou um reforço do peso, já elevado, dos setores exportadores. O esforço exportador teve também efeitos deletérios para o meio ambiente, para a diversificação e para dinamismo dessas economias, apesar dos ganhos de curto prazo, o que estimulou, como já mencionado, o crescimento econômico devido ao incremento das exportações e sobretudo por contribuir para reduzir a vulnerabilidade externa, abrindo espaço para políticas econômicas expansivas.

Este quadro começou a mudar com a crise de 2008, que afetou de maneira abrangente as economias latino-americanas, mesmo elas não tendo entrado de imediato em uma fase de estagnação. O boom das *commodities* não se encerrou com a crise. Os preços das *commodities*, depois de subirem fortemente entre 2003 e 2008, caíram no ano seguinte, mas em um curto espaço de tempo se recuperaram e passaram a subir até 2011. A partir dessa data, tenderam a cair suavemente até 2014,

¹¹ O caso do Brasil é ilustrativo. A preços correntes, a indústria de transformação chegou a representar 35,9% do PIB em 1985, caindo para 13,8%, em 1998. O setor teve uma breve recuperação no início da década de 2000, quando sua participação no PIB foi de 17,8%, em 2004. Contudo, voltou a declinar e, em 2021, sua participação no PIB foi de 11,3% (Considera; Trace, 2022). Em 2000, as exportações de produtos primários no total das exportações brasileiras corresponderam a 42%. Este número cresceu continuamente, atingindo 65,3%, em 2012. Em 2020, este número foi de 72,9%. Para a Argentina o peso dos produtos primários nas exportações saltou, entre 2000 e 2020, de 67,6% para 85,1%. Para a América Latina e Caribe como um todo, entre 2000 e 2012, o peso das exportações de produtos primários em relação ao total exportado passou de 42,1% para 55,6%. Em 2020, apesar da queda verificada com o fim do boom de *commodities*, 50,6% das exportações totais da região correspondiam a bens primários. O único país que não seguiu essa tendência foi o México, pois, em 2000, 46,5% das exportações eram de produtos primários, caindo para 20,3%, em 2020. (CEPAL, 2022 a). Em 1970, a indústria representava 23,5% do PIB regional, em 1990, 21,9% e 16,1%, em 2010. Em 2016, este número declinou para 14,3% do PIB, alcançando 14%, em 2018. Neste mesmo período, o peso da agricultura no PIB caiu de 11,6%, em 1970, para 5,7%, em 2010, e alcançando 5,8%, em 2016, e 5,4%, em 2018. Enquanto isso, verifica-se tendência de crescimento do peso do setor de serviços, que passou de 52,8% para 61,7% do PIB entre esses dois anos. Este setor não pode, em geral, ser caracterizado como baseado em serviços modernos e dinâmicos. A participação da América Latina no valor agregado industrial mundial subiu de 4,5%, em 1970, para 7,2%, em 2010. Neste mesmo intervalo de tempo, a participação da Ásia subiu de 7,2% para 32,6%. A participação da América Latina nas exportações mundiais de produtos manufaturados, entre 1990 e 2010, passou de 2,2% para 4,1%, e na Ásia estes números foram respectivamente os seguintes: 14,8% e 35,3% (Nayyar 2014, p. 166-174; Corsi, 2021; CEPAL, 2022 a).

quando declinaram de maneira mais acentuada¹². O comportamento do preço das *commodities* a partir de 2012 pode ser visto no gráfico 1 abaixo.



Fonte: (IPEA, 2022)

Este comportamento dos preços das *commodities* decorreu, sobretudo, da maneira de como a China enfrentou a crise através de abrangente programa de investimento na infraestrutura e na indústria. Essa estratégia resultou na manutenção da demanda de produtos primários em um patamar elevado, mas, por outro lado, aprofundou a situação de superprodução, pois gerava excesso de capacidade ociosa em vários setores importantes da economia chinesa, sobretudo no setor imobiliário, que representa cerca de 25% do PIB¹³. A superprodução em setores relevantes acarretou, em pouco tempo, a desaceleração da atividade econômica no país asiático e, por conseguinte, a queda dos preços

¹² Sobre o comportamento dos preços das *commodities* ver, entre outros, Santos (2015) e Leite (2017).

¹³ As medidas expansionistas, segundo Aglieta (2015), agravaram os problemas de capacidade ociosa em vários setores (siderúrgico, cimento, eletrônico, construção civil *etc.*) e levaram a queda dos lucros, o que inibe o incremento da acumulação e tende a deteriorar a situação financeira das empresas que atuam nestes setores, que apresentam elevado endividamento. Esta situação por sua vez atinge negativamente os bancos e os preços das ações. A taxa de investimento da China subiu de 37%, em 1997, para 48%, em 2012, e situou-se em cerca de 47% do PIB, em 2014. No final de 2015, ainda segundo Aglieta (2015), a utilização da capacidade produtiva foi de 71% no setor siderúrgico, 70% nos setores de alumínio e cimento, 72% no setor de vidro e 76% no automobilístico. Para essas indústrias, de acordo com o referido autor, obterem a taxa de lucro considerada normal a utilização deveria situar-se entre 78 e 80%. Essas empresas também enfrentam queda de preços, o que deteriora ainda mais a rentabilidade das mesmas, afetando negativamente os bancos que as financiaram. O nível de endividamento do setor não financeiro alcançou 220% do PIB. Em 2016, a ociosidade da indústria automobilística foi de 35% e da indústria do aço 30%. Também persistiam elevadas taxas de ociosidade no setor de construção civil e energia. São essas as principais razões da desaceleração da economia chinesa (Corsi; Santos; Camargo, 2021, p. 208-209).

das *commodities*, pondo fim ao boom. As dificuldades enfrentadas em diminuir a dependência das exportações e manter seu ritmo de crescimento, dado o baixo dinamismo da economia mundial, e em centrar a economia no mercado interno, apesar deste ter se expandido significativamente, foram fatores que contribuíram para o governo chinês reorientar novamente sua estratégia de desenvolvimento em 2013, lançando o projeto da Nova Rota da Seda para dar vazão ao capital excedente, o que por sua vez acirrou as disputas em torno da hegemonia mundial. Todavia, a economia chinesa não entrou em recessão e o seu crescimento, mesmo que menor, é muito mais acelerado que os dos países que compõem o G7, que apresentam nítida tendência de baixo crescimento. Dessa forma, ela continua na sua trajetória de tornar-se o centro da economia mundial. Porém, estes processos indicam o quanto a lógica da acumulação de capital condiciona a dinâmica da economia chinesa e a sua estratégia de desenvolvimento.

O término do boom impactou diretamente os países latino-americanos, mas as consequências não foram uniformes, pois a América Latina não é um espaço econômico, social, político e cultural homogêneo. Dessa forma, é necessário certa cautela em relação a generalizações, o que nos obriga a levantar algumas ressalvas à análise de Svampa (2019). Para as economias mais diversificadas da região, como as do México, do Brasil e talvez da Argentina, nas quais verificou-se um avanço do processo de industrialização e, um pouco mais tarde, configurou-se um espaço relativamente importante de valorização do capital financeiro, o conceito de neoextrativismo parece estreito demais para dar conta da complexidade dessas economias e de suas políticas econômicas. Para esses casos, embora o boom de *commodities* ao melhorar o desempenho das exportações e os termos de intercâmbio tenha contribuído, como já foi assinalado, para o forte crescimento observado a partir de 2003 até 2013, tal crescimento, como no caso do Brasil, dependeu mais do desempenho do mercado interno, que se expandiu sobretudo em virtude do incremento do consumo e, em menor medida, do investimento. No México, as exportações de manufaturados desempenham um papel importante, mesmo que este país se caracterize por ser um entreposto de montagem de produtos industrializados. A importância dos efeitos do boom de *commodities* parece residir muito mais no fato dele reduzir a vulnerabilidade externa e com isso abrir espaço para a adoção de políticas econômicas expansivas, do que ser a alavanca principal do crescimento, como pode ser observado pela tabela 1.

Tabela 1 - Contribuição da demanda externa para o PIB da América Latina (%)

Ano	Demanda Interna	Demanda Externa	Ano	Demanda Interna	Demanda Externa
2004	6,2	-0,2	2014	0,2	1
2006	7,4	-2	2016	-3	2,1
2008	5,8	-1,7	2018	1,5	-0,4
2010	8,1	-1,8	2020	-8	1,2
2012	4	-1,2	2021	8,2	-1,5

Fonte: (CEPAL, 2022 a)

O forte fluxo de capitais externos, em boa medida de caráter especulativo, em um contexto de elevada liquidez internacional, também contribuiu conjuntamente para a redução da vulnerabilidade externa, o que também concorreu para evitar as recorrentes crises cambiais vividas na década de 1990, que estrangularam qualquer tentativa de expansão mais robusta naquela década. A referida autora parece não dar a devida atenção para esses processos, indicando ser apenas o extrativismo o motor da economia.

Para os países com economias menos diversificadas, em particular da América do Sul, o boom de *commodities* foi importante para a consolidação do neoextrativismo, permitindo que os governos de centro-esquerda captassem maior parcela do excedente e a direcionasse para políticas de caráter social, que, apesar de importantes ao melhorarem as condições de vida de parcela significativa da população, não resolveram os históricos e graves problemas sociais e muitas vezes passaram por cima dos interesses e aspirações dos povos tradicionais. Estes governos também não lograram impulsionar de forma significativa a diversificação das economias desses países. A onda de centro-esquerda teve vida curta, esmoreceu junto com o boom de *commodities*, e foi sucedida por governos conservadores, que no aspecto econômico retomaram as políticas neoliberais e o extrativismo.

Seja como for, o extrativismo, característica estrutural das economias latino-americanas, revigorado com o boom de *commodities*, aprofundou a dependência e a crise ambiental, estreitando a perspectiva de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, pois o que se coloca no atual contexto é a necessidade de um outro modelo, não baseado na intensa extração de recursos naturais, que em pouco tempo levarão a exaustão das reservas minerais e de água potável e do solo. Modelo que implicaria outras formas de produzir, de consumir e de relação com a natureza, e, portanto, a superação do capitalismo.

A América do Sul foi região mais impactada no curto prazo pelo boom de *commodities*, apresentando no período alta taxa de crescimento, acompanhada de melhora da distribuição da renda

e diminuição da pobreza, superior tanto ao período anterior como ao posterior. Entre 1980 e 2003, como indicaram Santos (2015) e a CEPAL (2022 a), a região cresceu 2,8%. Durante o boom de *commodities* o crescimento médio do PIB foi de 5,3%, caindo para cerca de 1,0%, entre 2012 e 2019. Os termos de troca que cresceram cerca de 60% de 2000 a 2010 e caíram, de 2011 até 2019, 15,7%. Também observamos o incremento de reservas internacionais e valorização da moeda, que contribuiu para valorizar os salários.

O México, segundo Santos (2015), foi pouco afetado pelo boom de *commodities*, apesar deste país ser um exportador de petróleo. O PIB mexicano cresceu, entre 1980 e 2003, em média por ano 2,7%. Manteve este mesmo patamar entre 2004-2011. No período 2012-2019, apresentou, segundo a CEPAL (2022 a), um crescimento um pouco menor, cerca de 2,2%. A sua menor dependência em relação às exportações de *commodities* ajuda entender esse comportamento. Suas exportações cresceram 75% entre 2000 e 2008, enquanto as sul-americanas cresceram 324%. Este desempenho decorreu, em grande medida, do fato do México ser muito dependente dos EUA, além de exportar pouco para China e ter enfrentado acirrada concorrência chinesa no setor de manufaturados. O modesto crescimento do México se refletiu na parca redução da pobreza. Em 2002, o número de pobres situava-se ao redor de 39% da população, declinando para 36,3%, em 2010, ao mesmo tempo em que o número de indigentes crescia de 12,6% para 13,3%. Este país não apresentou grandes desequilíbrios externos e sua moeda não se valorizou como a dos países da parte sul do continente. Diferenciando-se dessa região, também não apresentou uma reprimarização de suas exportações, que continuaram concentradas em bens manufaturados (Corsi; Santos; Camargo, 2019).

Os países da América Central, segundo Santos (2015) e CEPAL (2016), também foram pouco atingidos pelo boom de *commodities*, dado que a região não é uma exportadora relevante de bens primários. Os termos de troca dos países da região, entre 2000 e 2010, declinaram 14%. O seu crescimento esteve vinculado no período muito mais ao financiamento externo, o que aprofundou a já grave situação de dependência regional. O desempenho das economias centro-americanas foi desigual no período. Panamá, República Dominicana, Honduras e Costa Rica apresentaram um crescimento relativamente acentuado, enquanto Belize, Haiti, El Salvador, Nicarágua e Guatemala apresentaram baixo ou moderado crescimento (Corsi; Santos; Camargo, 2019).

Embora o boom de *commodities* tenha contribuído, no curto prazo, de forma relevante ao crescimento econômico, à redução da pobreza e à diminuição da vulnerabilidade externa, a forma da inserção das economias latino-americanas como exportadora de bens primários e espaço de valorização fictícia de capital reforçou velhas estruturas vinculadas a exploração predatória de recursos naturais e a transferência de excedente aos centros do sistema. Processo evidente na reprimarização

das exportações e no avanço da desindustrialização, sobretudo na América do Sul. Mesmos países que dispunham de uma economia mais diversificada, como o Brasil, vivem um processo de perda de densidade econômica desde o início do período neoliberal, tendência reforçada nos últimos anos. Os países com economias menos diversificadas, como a Venezuela, o Equador e a Bolívia, não obstante terem sido no período do boom de *commodities* governados por forças mais à esquerda, não conseguiram se aproveitar da situação para redirecionar o desenvolvimento, mesmo tendo, como assinalado, se apropriado por meio de nacionalizações e maior regulação estatal de parte considerável da renda originada do incremento das exportações de bens primários, direcionando-a sobretudo para políticas sociais, o que, sem dúvida, foi importante, mas insuficiente para iniciar transformações socioeconômicas mais profundas.

Ou seja, os países da região passam por um processo de involução estrutural, acompanhado de aprofundamento da dependência e da subordinação e crescente degradação ambiental. O reforço das velhas estruturas também dificulta uma maior integração regional.

As forças de centro-esquerda e esquerda que assumiram vários governos na fase expansiva na América Latina implementaram políticas econômicas fundadas sobretudo em padrão de crescimento baseado nas exportações de bens primários e no consumo, sustentado pelas políticas distributivistas, pelo incremento do crédito e do endividamento das famílias e empresas. Não lograram implementar uma ampla política de investimento visando a diversificação da economia, que sustentasse o enfrentamento mais abrangente dos problemas sociais e da situação de dependência e muito menos conseguiram encaminhar um novo modelo que desse conta dos problemas ambientais. Os limites desse padrão de crescimento, como indicamos, foram explicitados com a crise estrutural aberta em 2008 e com a desaceleração da economia chinesa, eventos entrelaçados que acarretaram o esgotamento do ciclo expansivo das *commodities*.

Esses governos, de modo geral, reagiram à crise de 2008 adotando políticas anticíclicas, o que contribuiu para amenizar a recessão e para a relativamente rápida recuperação, que teve, porém, fôlego curto. A fase expansiva foi esmorecendo gradativamente. Dos governos de esquerda e centro esquerda só o da Venezuela resistiu. Os demais foram vítimas de golpe de Estados ou foram derrotados em eleições. Estes governos não sobreviveram ao fim do ciclo de *commodities*. Esta situação não pode, obviamente, ser explicada única e mecanicamente pelos processos econômicos. Inúmeros outros processos de ordem política interna também determinaram esse desfecho, mas foge de nossos objetivos analisa-los aqui.

As políticas econômicas neoliberais, que voltaram a predominar após o fim da onda de governos de centro-esquerda, contribuíram de maneira importante para a tendência de baixo crescimento observada a partir de 2014, a medida que tenderam a restringir o gasto público e a manter

taxas de juros elevadas. Esta situação também deveu-se a um conjunto de outros problemas internos de cada país, que não poderíamos também aprofundar nos estreitos limites das presentes notas.

Neste contexto, o capitalismo global foi impactado pela crise desencadeada pela pandemia de COVID 19¹⁴. Na América Latina os impactos da crise foram abrangentes, mas afetaram os países com intensidades diferentes, dadas as inúmeras peculiaridades nacionais. A região foi impactada em uma conjuntura de ebulição política e de tendência ao baixo crescimento econômico desde o fim do boom de *commodities*. Esta tendência aprofundou-se com a guinada à direita e a retomada das políticas mais ortodoxas¹⁵.

A chegada da pandemia de Covid 19 ao continente afetou milhões de pessoas e provocou milhares de mortes. A rápida degradação da situação econômica e social denotou os limites e as inconsistências das políticas neoliberais e a região mergulhou em uma crise de largas proporções, aprofundando a tendência de descenso econômico e o esgotamento do modelo econômico vigente.

O distanciamento social e as quarentenas restringiram a produção, os transportes, o comércio e sobretudo os serviços. A queda do emprego e da renda foram acentuadas, o que levou a contração do consumo. Os investimentos, que já estavam em um patamar baixo, declinaram ainda mais. Paralelamente, os preços das *commodities* despencaram, embora tenham se recuperado em pouco tempo. O resultado foi uma severa retração da atividade econômica e a deterioração das condições sociais. Em 2020, o PIB regional sofreu uma retração de 6,8%. No período mais agudo da crise, o desemprego aberto, no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo período do ano anterior, sofreu um aumento de 2,6%, enquanto a taxa de ocupação declinou 10%, o que indica forte queda dos postos de trabalho informais. A população ocupada passou de 57,4% da PEA para 47,9%, representando uma perda de cerca de 47 milhões de postos de trabalho. Neste ano, a população vivendo na pobreza e na extrema pobreza atingiu 33% da população total, representando um incremento de

¹⁴ A crise global desencadeada pela pandemia de coronavírus irrompeu em um contexto de baixo e desigual desempenho da economia mundial desde a crise de 2008 – 2009, a qual não foi totalmente superada, embora alguns países a tenham retomado o crescimento com relativa rapidez, em particular do leste-asiático. Contudo, a América Latina, o Japão e a zona do euro, apresentaram desde então uma tendência de baixo crescimento. A razão principal desse comportamento foi a debilidade da acumulação de capital decorrente da baixa rentabilidade, do nível baixo dos investimentos, da existência de excessiva capacidade ociosa em diversos setores e do elevado endividamento das empresas. Também observava-se a concentração da renda, o parco dinamismo do emprego e do consumo. Antes da pandemia os sinais de desaceleração eram nítidos. Em 2019, o PIB mundial cresceu 2,9%, sendo que no ano anterior a expansão tinha sido de 3,6%. Nestas circunstâncias, a pandemia atuou como um gatilho da crise.

¹⁵ Os países, como o Brasil, que aderiram às políticas da austeridade e se aproximaram dos EUA, aprofundaram a tendência de baixo crescimento. Os recentes golpes de Estado na América Latina, o enfraquecimento da UNASUL e da ALBA e o surgimento da Aliança do Pacífico, indicaram a retomada do neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que a integração regional se enfraqueceu, como também a política Sul - Sul e a aposta nos BRICs, sobretudo em virtude da política do governo Bolsonaro.

2,5% na pobreza e 1,7% na extrema pobreza, o maior aumento anual em duas décadas (CEPAL, 2022 a). Contudo, a crise não se desdobrou em uma crise cambial e financeira (Corsi, 2021).

Não obstante os inúmeros constrangimentos estruturais e políticos, os países latino-americanos, afastando-se das políticas neoliberais, adotaram políticas anticíclicas, baseadas sobretudo na expansão monetária; na redução das taxas de juros; na ampliação do crédito para os bancos e as empresas em dificuldades; ampliação do gasto público, direcionados para a área da saúde e para programas sociais, voltados para os trabalhadores e grupos de baixa renda; na ampliação de subsídios ao consumo de energia e água, na introdução de subsídios para o pagamento dos salários dos trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou o contrato de trabalho suspenso e nas isenções fiscais para diferentes setores, em especial para o turismo, para o transporte e para as pequenas e médias empresas (Corsi, 2021).

A elevação do gasto público, um dos principais instrumentos de combate à crise, foi considerável na região. O incremento do gasto primário foi de cerca de 3,0% do PIB, o que acarretou uma elevação generalizada do déficit e da dívida pública. Porém, isso não gerou uma crise fiscal, contradizendo o discurso neoliberal, que apontava para um colapso eminente (Corsi, 2021).

A adoção generalizada de políticas expansivas não conseguiu neutralizar a crise, embora tenha abrandado sua intensidade. A partir de terceiro trimestre de 2020, observa-se uma melhora da situação econômica com o relaxamento das restrições impostas pela pandemia. Mesmo assim o PIB regional foi negativo. Em 2021, a recuperação se consolidou, tendo o PIB regional crescido, como vimos, 6,7%, mas é preciso lembrar que a base de comparação é bastante baixa, o que distorce esse número. A recuperação decorreu sobretudo das políticas anticíclicas, do relaxamento do isolamento social e da recuperação da economia mundial, que levou ao aumento do preço das *commodities* (CEPAL, 2022; FMI, 2022).

Nada indica que a região conseguirá uma retomada consistente, que responda, ao mesmo tempo, aos problemas sociais e a crise ambiental, sem mudanças estruturais que apontem no sentido de superar o modelo de crescimento baseado nas exportações de bens primários e a inserção subordinada e dependente na economia mundial e a vulnerabilidade externa que a acompanha.

Entretanto, nestas circunstâncias de baixo crescimento e agravamento dos problemas sociais, verificou-se, nos últimos anos, crescente resistência popular e uma nova guinada para a centro-esquerda, observada na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Bolívia, no Peru e no Brasil, que redundou na eleição de Fernandes¹⁶, de Borici, de Arce, Castillo, de Petros e de Lula. O retorno dos governos de centro-esquerda está ocorrendo em uma conjuntura muito mais difícil que aquela do início

¹⁶ No final de 2023 houve eleições na Argentina e a direita retornou ao poder com a eleição de Milei.

dos anos 2000. O reformismo fraco vai se defrontar com uma situação de baixo crescimento global e de acirramento das disputas pela hegemonia entre os EUA e a China.

As dificuldades de Borici, no Chile, logo no início de seu governo, são ilustrativas. Desde logo, o governo chileno reafirmou seu compromisso com o dogma neoliberal da estabilidade fiscal, não obstante a adoção de medidas para auxiliar os setores mais vulneráveis. As medidas adotadas até o momento parecem não ser suficientes para enfrentar o aumento da pobreza e a elevada inflação. Não é casual que em pouco tempo a popularidade do governo tenha despencado. A queda do governo Castillo no Peru e as dificuldades de Fernandes, que enfrentou uma crise inflacionária, a enorme vulnerabilidade externa e o aumento da pobreza, são outros exemplos das dificuldades que se colocam para essas forças que buscam imprimir novos rumos para a região. A derrota eleitoral para Milei no final de 2023 demonstrou isto.

Da mesma forma, não será nada fácil para esses governos implementarem programas baseados na retomada do crescimento e ao mesmo tempo dar conta dos graves problemas ambientais; na proteção da agricultura familiar e da indústria nacional; no incentivo à produção de energias limpas; na introdução de uma reforma tributária progressiva; na adoção de programas sociais de transferência de renda para enfrentar a miséria e a fome; na proteção das minorias; na ampliação dos investimentos na saúde e na educação e ampla política ambiental. Um programa com esta amplitude, que pretende atacar problemas estruturais, exigirá extensa mobilização popular incompatível com o reformismo limitado desses governos.

Entretanto, a persistência da crise estrutural do capitalismo e o aguçamento da luta pela hegemonia, da qual a guerra da Ucrânia é simbólica, ao indicarem o esgotamento da globalização como a conhecemos, abrem novas possibilidades a América Latina. A crise atual denotou a vulnerabilidade de uma economia cada vez mais sustentada em cadeias produtivas e comerciais dispersas geograficamente, interligando quase todos os países do mundo. Ao mesmo tempo em que a China concentra em seu território parte crescente da produção manufatureira mundial. Isto ficou evidente na diminuição da oferta e/ou a interrupção do fornecimento de insumos durante e após a pandemia, o que gerou pontos de estrangulamentos e, por conseguinte, fortes pressões inflacionárias. A guerra da Ucrânia trouxe a baila, entre outros pontos, a questão da autonomia energética e alimentar. Estes problemas contribuem para desarticular a produção e aprofundam a crise estrutural.

A vulnerabilidade de uma economia estruturada dessa maneira, provavelmente, acarretará mudanças na reconfiguração espacial da acumulação de capital em um contexto de acirramento das disputas entre os EUA e a China pela hegemonia mundial, que abre a possibilidade de uma série de conflitos regionais e no limite pode levar a um conflito aberto. Observam-se iniciativas por parte de

governos e das grandes corporações no sentido de estreitar as cadeias produtivas e de internalizar setores considerados estratégicos¹⁷, abrindo espaço para uma maior autonomia nacional, dependendo das políticas adotadas e da situação geopolítica e geoeconômica de cada país. Este contexto pode contribuir para criar condições para países da América Latina buscarem outro modelo de desenvolvimento, que permita enfrentar ao mesmo tempo os graves problemas sociais, a crise ambiental e vulnerabilidade externa estrutural. A partir desse quadro, coloca-se para os países latino-americanos a ruptura com neoliberalismo e o extrativismo. Mas tudo isso depende de uma alteração substantiva da correlação de forças a partir de ampla mobilização popular, o que parece estar fora do horizonte.

3. Considerações finais

A partir do esgotamento do ciclo das *commodities* parece delinear-se para a América Latina um período de baixo crescimento e manutenção de uma inserção subordinada e dependente no capitalismo global. As fortes relações entre os EUA e as economias asiáticas, em particular a chinesa, estão sendo colocadas em xeque pela atual crise, o que abre uma fase de acirramento das disputas em torno da hegemonia mundial. A América Latina, que está longe de ser uma unidade, encontra-se numa encruzilhada. A proposta das forças conservadoras na região continua sendo, de um lado, a austeridade, que busca recompor a lucratividade e a competitividade a partir do arrocho dos salários, da degradação das condições de vida e da redução dos direitos sociais, acompanhando a resposta que o capital busca dar a crise de superacumulação; e, de outro, continua apostando no extrativismo, o que agravará a crise ambiental, e na financierização, como forma de sustentar a valorização do capital fictício, o que depende do fundo público ser continuamente utilizado sobretudo para sustentar o crescente endividamento do Estado.

A esquerda terá que repensar suas estratégias de desenvolvimento e inserção na economia global. Contudo, terão que encaminhar essas questões em um contexto mais competitivo e menos dinâmico, marcado pelo acirramento das disputas pela hegemonia e sem o bônus do ciclo expansivo de *commodities*, embora o agravamento da crise estrutural abra novas possibilidades de desenvolvimento.

¹⁷ Iniciativas dessa natureza podem ser observadas recentemente no México, que tem atraído investimento no setor industrial, em particular no setor eletrônico. Indústrias que antes estavam localizadas na Ásia. O governo dos EUA está tomando iniciativas no sentido de descolar indústrias consideradas estratégicas da Ásia para a América do Norte.

4. Referências

- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**. Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- AGLIETA, M. O que escondem os sobressaltos financeiros na China. **Le Monde Diplomatique Brasil**, out., 2015. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1955> . Acesso em 13 de dezembro de 2022.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y setores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Edunesp, 2000.
- CEPAL. Estúdio econômico de América Latina y el Caribe. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/86/S1600799_es.pdf . Acesso em 12 de dezembro de 2022.
- _____. CEPALSTAT, 2022a. Disponível em <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es> . Acesso em 14 de dezembro de 2022.
- _____. **Rumo à Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade**. Buenos Aires: CEPAL, 2022b.
- _____. Anuario Estadístico de America Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2022c.
- CHESNAIS, F. **Finance capital today**. Boston: Liden, 2016.
- CONSIDERA, C.; TRECE, J. Indústria de transformação brasileira: à beira da extinção . Disponível em <https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao> , _ Acesso em 15 de janeiro de 2023.
- CORSI, F. L. : SANTOS, A.; CAMARGO, J. M. A América Latina: ciclo de *commodities* e crise do capitalismo global. **Austral. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.8, n.15, jan/jun. , p. 168-194, 2019.
- _____. A crise do capitalismo global aberta em 2007: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. In: ALVES, G.; CORSI, F. L. (Orgs.). **A crise capitalista no século XXI**. Um debate marxista. Marília: Praxis, 2021.
- _____. A América Latina diante da crise desencadeada pela pandemia. **Mundo e desenvolvimento**. São Paulo, v. 5 n. 5, 2021.
- COSTA, L.; ALBUQUERQUE, T.S.; NASCIMENTO, A. M. Meio ambiente na China. Impasses, avanços e desafios. REALIS, Recife, 2021.
- DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: elefante, 2016.
- FMI – DATA, 2022. Disponível em <https://www.imf.org/en/Data> Consultado em 15 de Janeiro de 2023.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IPEA. Carta de Conjuntura, n. 16, 2022. Disponível em https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/11/221123_notal6_economia_mundial.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2023.
- JABBOUR, E. **China: socialismo e desenvolvimento**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- KATZ, C. (org.). **La crisis capitalista mundial y America Latina: lecturas de economia politica**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- LEITE, M. V. C. Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI .Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2017.

- NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento**. Países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- ONU. State of the climate in Latin America and Caribbean, 2022 . Disponível em <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate/LAC>, . Acesso em 20 de fevereiro de 2023.
- SANTOS B. G. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro: v. 43, p. 205-251, 2015.
- ROBERTS, M. **The long depression**. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- SMITH, J. Il imperialismo nel XXI secolo, 2016. Disponível em <https://www.sinistrainrete.info> . Acesso em 20 de novembro de 2022.
- SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**. São Paulo: Elefante, 2019.